

A VIGILÂNCIA SOBRE O PT NA DITADURA: RELATÓRIOS DO DEOPS-SP

Luana Soncini, Rodrigo Cesar,
Vanessa Xavier Nadotti (Org.)¹

Nesta publicação especial, dedicada a rememorar os 50 anos do golpe de 1964 no Brasil, que instaurou por 21 anos uma nova ditadura na história desta república, disponibilizamos para os leitores uma seleção de documentos da série “Dossiês” do fundo Departamento Estadual de Ordem Política e Social do estado de São Paulo (Deops-SP), disponível para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Estes documentos são resultado dos trabalhos de investigação da polícia política do período e os relatórios que ora apresentamos vão do final de 1979 até 1982, poucos meses antes do órgão ser extinto pelo Decreto 20.728/83, de 4 de março de 1983.

Nesta seleção privilegiou-se, por um lado, observar as motivações e o esforço de investigação e controle exercido pelo Estado sobre a nova organização partidária. Nestes quatro anos, observa-se o receio permanente de que ele venha a crescer e se consolidar e de que modifique a ordem vigente. Por outro, buscou-se trazer elementos sobre a maneira como a ditadura e a vigilância são encaradas pelos militantes do PT.

As amplas mobilizações sindicais no final dos anos 1970 ocorridas no ABCD paulista, já vinham sendo observadas pelos órgãos de repressão política do estado de São Paulo. Mas em 1979, os seus agentes se depararam com o desafio de compreender, na perspectiva de controlar, uma nascente organização partidária que ultrapassava os limites do sindicalismo, articulava a iniciativa de diversos movimentos sociais populares e reunia antigos militantes de esquerda já conhecidos pela ditadura: o Partido dos Trabalhadores (PT).

O PT nasceu, portanto, sob estreita vigilância. O início de sua articulação é acompanhado de perto pelos agentes do Deops, presentes nas atividades de lançamento do novo partido nas cidades do interior e litoral do estado, e mesmo nas reuniões de bairro na capital. Os dirigentes eram seguidos, sendo objeto de investigação as suas relações e articulações políticas.

Ao longo das investigações, os policiais se defrontaram com a necessidade de identificar a linha política e ideológica da organização. Perscrutavam as palavras de ordem proferidas em discursos, os panfletos apreendidos entre os militantes, e os signos que representavam o Partido – como a bandeira vermelha presente nos atos públicos.

Não tardaram em identificar que a oposição à ditadura e à Lei de Segurança Nacional (LSN), na qual dirigentes do partido foram enquadrados, era componente indissociável do PT. Nos relatórios produzidos sobre as atividades partidárias, inclusive nos protestos pela revogação da LSN, estes agentes destacam as críticas ao regime e ao governo militar na fala dos oradores. O embate se tornava cada vez mais evidente.

O tom das críticas proferidas era comumente mencionado, destacando-se da linguagem geralmente distanciada que caracteriza os relatórios, adjetivações como agressivos, ofensivos, severos, ou mais suaves, denotando a preocupação em medir o grau de ameaça que a nova organização e seus quadros poderiam representar.

Contudo, nem sempre os agentes da repressão passavam despercebidos. A tensão e a preocupação gerada entre os militantes em vista da sabida presença dos agentes estatais, que observavam tanto as atividades abertas quanto as internas, são percebidas pelos policiais. Mas não era a intimidação o sentimento predominante entre os petistas: o enfrentamento em tom de provocativo escárnio é destacado pelos agentes ou, melhor dizendo, pelos “jagunços do Dops” – como foram definidos em maio de 1982 num ato público do PT no interior de São Paulo.

A documentação permite uma série de interpretações sobre os percalços do processo de abertura política empreendido pelos militares, que o queriam lento, gradual e seguro. No entanto, percebiam os limites da imposição, sendo o PT uma das evidências de que a transição não seria tão controlada quanto almejavam. Como parte disso, observa-se que as chaves de interpretação da realidade que orientaram o sistema de repressão política desde o início da década de 1960 tornavam-se insu-

ficientes para apreender a nova realidade social e política engendrada no contexto da ditadura.

A reprodução destes documentos objetiva, sobretudo, suscitar novas pesquisas e abordagens sobre a história do PT, da ditadura militar, e do processo de construção da democracia no Brasil. Esperamos, inclusive, que sirva de estímulo para que ocorram iniciativas semelhantes em outros estados, contribuindo para complementar o restrito quadro paulista e compor uma visão nacional da investigação policial sobre o PT no momento de seus primeiros passos.

Por fim, agradecemos imensamente ao Arquivo Público do Estado de São Paulo pelo atendimento à equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) e pela digitalização dos documentos.

Boa leitura!

NOTA

¹ Integrantes da equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda, Fundação Perseu Abramo.

Relatório
Borç

Realizou-se ontem (dia 13), na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo o debate sobre o Partido dos Trabalhadores (PT). Inicialmente foram distribuídos dos documentos, um que consubstanciava certas resoluções adotadas numa reunião de integrantes do futuro PT, realizada em São Bernardo, no dia 13 de outubro último; e o outro, sem procedência declarada apontando sugestões para formas transitórias de funcionamento do PT. Ambos os documentos seguem em anexo.

A reunião já começou furada porque a figura mais esperada para falar sobre o PT e que estava prevista para integrar a mesa que presidiu os trabalhos, o líder metalúrgico Lula não compareceu. Desta forma a Mesa foi composta por Perseu Abramo, José Ibrahim, Vinicius Caldeira Brandt, um tal de Osmar, a toda hora tratado por Osmarzinho dos metalúrgicos e Alípio Viãna Freire, que preside a representação da ABI em São Paulo. Todos os oradores usaram de uma linguagem hermética, como se quizessem dar uma elevada aula de ciência da política sem descer ao campo de sugestões práticas, porque algumas que apareceram ficaram perdidas no linguajar exibicionista dos oradores. Em suma, mostraram sua dúvida sobre se a formação do PT deveria surgir de núcleos formados nos locais de trabalho, tese de Perseu Abramo, porque lá segundo ele é que se verifica o choque entre o Capital e o trabalho e portanto onde pode surgir mais adeptos conscientes de um PT que pretende movimentar a massa trabalhadora. Outros achavam que os núcleos deviam ser organizados a partir da base residencial e portanto deviam ser feitos levantamentos para congregar em núcleos os trabalhadores residentes nos mesmos bairros. Ainda outros achavam que estes núcleos iniciais deveriam partir da formação por categorias profissionais. Não se chegou a nenhuma conclusão. Mas segundo eles isto já era um começo. David Lerer, o ex-deputado cassado e recentemente retronado ao País, disse que tudo aquilo lhe parecia sem importância, o que importava era o PT apresentar uma alternativa de caráter nitidamente socialista, porque só com o socialismo é que se poderia aglutinar os trabalhadores de forma declaradamente mobilizada.

| | |
|------------------------------|------|
| POLÍTICA E SOCIAL - A. P. R. | |
| 20-C-44 | 7599 |

Não mais que cem pessoas compareceram ao desanimado debate de ontem que patenteou a todos que aqueles que se julgam integrantes deste movimento operário estão completamente confusos e ainda não sabem bem o que querem.

Na mesma oportunidade, enquanto no auditório realizava-se este debate na estreita sala do Departamento Jurídico do Sindicato realizava-se também um encontro dos integrantes do Movimento contra a Carestia. Na ante-sala da diretoria, sobre a mesa da secretária encontrava-se uma pilha de impressos intitulados "Cresce no Estado o Movimento contra a mudança da Capital", que também segue em anexo.

São Paulo, 14 de dezembro de 1979